



CONTRATO Nº 166/2026

O MUNICÍPIO DE ALVORADA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, inscrito no CNPJ sob o nº 88.000.906/0001-57, representado por seu Prefeito, Sr. Douglas Martello de Souza Silveira, brasileiro, casado, CPF 008.758.410-74, residente e domiciliado neste Município, denominada **CONTRATANTE**, e **AMBIENTUUS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.844.768/0001-04, estabelecida à Av. Frederico Augusto Ritter, nº 4000, Bairro Distrito Industrial, Cachoeirinha/RS, CEP 94931-200, e-mail: comercial@ambientuus.com.br, fone: (51) 3364-8688, representada neste ato por Dulce Dehnhardt da Silva Grippa, portadora do RG nº 2041267697 SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 557.777.320-20, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, oriundo do Processo Administrativo nº 51533/2026, Dispensa de Licitação nº 57/2026, Cotação Eletrônica nº 22/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação emergencial, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A (infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada/RS, assim como dos resíduos gerados no setor de controle de zoonoses e no Cemitério Municipal (Grupos A e B).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente contrato se fundamenta no que dispõem o art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, os Pareceres Jurídicos nº 113/2026 e nº 408/2026, as demais legislações pertinentes, bem como o estabelecido no termo de cotação e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. O regime jurídico desta contratação confere à Administração Municipal as prerrogativas relacionadas no Art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado, na data de apresentação da proposta.

4.2. Consideram-se incluídas nos preços unitários brutos propostos todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas, decorrentes do serviço, tais como: mão de obra, transporte, os gastos com a implementação das normas de higiene, saúde e segurança do trabalho, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, fornecimento de todo material para realização do serviço, impostos, taxas, ou seja, todo e qualquer custo ou despesa e encargo decorrente da prestação dos serviços, objeto da cotação.

4.3. Os preços para execução do objeto são os constantes na tabela abaixo, entendidos como justos e suficientes para a sua total execução.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA



Processo nº: 51533/2026

Folha nº: _____

Rubrica: _____

Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Requisição	Valores - Unitário	Valores - Total
1	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL (RESÍDUOS HOSPITALARES UBS'S E ZOONOSES) Coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS e do setor de controle de zoonoses, Grupos A, B e E. Incluindo fornecimento de bombonas, caixas para perfurocortantes, sacos para acondicionamento dos resíduos, emissão de certificados de tratamento e destinação final, relatórios mensais e demais insumos necessários à execução dos serviços.	KG	20.000	R\$ 8,50	R\$ 170.000,00
2	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL (SERVIÇOS CEMITERIAIS) Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos cemiteriais, incluídos resíduos de exumação, Grupos A e B. Incluindo fornecimento de bombonas, sacos para acondicionamento dos resíduos, emissão de certificados de tratamento e destinação final, relatórios mensais e demais insumos necessários à execução dos serviços.	KG	62.283,40	R\$ 7,50	R\$ 467.125,50

4.4. O valor total do presente contrato é de R\$ 637.125,50 (seiscentos e trinta e sete mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O documento fiscal deverá ser apresentado mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à prestação do serviço, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.2. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento das notas fiscais e a lavratura do Termo de Liquidação e Recebimento Definitivo, respeitando o que dispõe a Instrução Normativa n.º 001/2025 da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Orçamento do Município de Alvorada.

5.3. O pagamento será efetuado por depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA.

5.4. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação.

5.5. A CONTRATANTE não encaminhará o pagamento de qualquer nota fiscal apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução defeituosa dos serviços;
- b) descumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;
- c) descumprimento de obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a CONTRATANTE;
- d) paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA;
- e) falta de pagamento de obrigações trabalhistas e sociais aos seus empregados.



5.6. O contribuinte em débito para com a Fazenda Municipal fica vedado, em relação aos órgãos da Administração Municipal, a receber quantias ou créditos de qualquer natureza, nos termos do Art. 314 da Lei Complementar n.º 2586/2012, do Código Tributário do Município de Alvorada.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. Não será exigida garantia contratual nesta contratação, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme justificativa constante no item 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. A vigência do contrato será de até 10/08/2027, ou até o início da execução do contrato decorrente da licitação definitiva, o que ocorrer primeiro, vedada a prorrogação e a recontração da empresa, nos termos do art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. O presente contrato possui natureza emergencial e transitória, destinando-se exclusivamente a assegurar a continuidade da prestação dos serviços essenciais até a conclusão do procedimento licitatório definitivo, observado o prazo máximo de 12 (doze) meses após a ocorrência da emergência (10/08/2027), conforme orientação do Parecer Jurídico nº 113/2026.

7.3. CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA: o presente contrato extinguir-se-á automaticamente, sem direito à prorrogação, tão logo ocorra a homologação da licitação definitiva e seja possível o início da execução contratual pelo respectivo adjudicatário, ainda que antes de decorrido o prazo máximo previsto no item 7.1.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE RECEBIMENTO

8.1. Os serviços deverão contemplar:

- a) Coleta externa dos resíduos de serviços de saúde, do setor de controle de zoonoses e resíduos cemiteriais;
- b) Transporte dos resíduos em veículos licenciados e adequados ao transporte de resíduos perigosos;
- c) Tratamento dos resíduos conforme legislação vigente;
- d) Destinação final ambientalmente adequada;
- e) Emissão dos Certificados de Tratamento e Destinação Final;
- f) Fornecimento de bombonas, caixas coletoras e sacos para acondicionamento dos resíduos;
- g) Disponibilização de relatórios mensais de coleta e destinação.

8.2. Os resíduos abrangidos por esta contratação compreendem:

- a) Grupo A: resíduos com possível presença de agentes biológicos que apresentem risco de infecção;
- b) Grupo B: resíduos contendo substâncias químicas que possam apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente;
- c) Grupo E: materiais perfurocortantes ou escarificantes.

8.3. As coletas deverão ocorrer, no mínimo, 02 (duas) vezes por semana em cada unidade de saúde contemplada pelo contrato ou por ordem de serviço nas unidades de saúde, setor de controle de zoonoses e Cemitério Municipal.

8.4. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, sacos para acondicionamento dos resíduos, nos seguintes quantitativos:



a) Sacos brancos leitosos para resíduos infectantes (Grupo A): 3.000 unidades/mês de 100 litros para unidades de saúde; 200 unidades/mês de 100 litros para serviços cemiteriais; 3.000 unidades/mês de 60 litros; e 3.000 unidades/mês de 20 litros;

b) Sacos cor de laranja para resíduos químicos (Grupo B): 100 unidades/mês de 100 litros destinados à Farmácia Municipal e às Farmácias Dispensadoras.

8.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar em regime de comodato:

a) Bombonas de 200 (duzentos) litros para acondicionamento dos resíduos do Grupo A;

b) Bombonas de 50 (cinquenta) litros para acondicionamento dos resíduos do Grupo B.

8.6. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente:

a) 300 caixas coletoras para resíduos perfurocortantes com capacidade aproximada de 13 (treze) litros;

b) 100 caixas coletoras para resíduos perfurocortantes com capacidade aproximada de 7 (sete) litros.

8.7. O fiscal poderá alterar os quantitativos de sacos e bombonas para acondicionamento de resíduos conforme as demandas apresentadas sem ônus ao Município.

8.8. A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, ao fiscal do contrato relatório consolidado contendo, no mínimo:

a) Unidades atendidas;

b) Datas das coletas realizadas;

c) Quantitativo de resíduos coletados por unidade e por grupo de resíduo;

d) Peso total dos resíduos coletados;

e) Comprovantes de tratamento e destinação final;

f) Ocorrências registradas durante a execução contratual.

8.9. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, imediatamente após cada coleta, a quantidade de resíduos coletados em quilogramas, discriminada pelo local de coleta e por grupo de resíduo (A, B e E), para fins de emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), controle da fiscalização contratual e conferência dos serviços executados.

8.10. O contrato será executado em regime de empreitada por preço unitário, aferido em quilogramas de resíduos efetivamente coletados, transportados, tratados e destinados, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, veículos, equipamentos, tratamento, destinação final, fornecimento de recipientes, bombonas, caixas coletoras para perfurocortantes, sacos para acondicionamento dos resíduos, tributos, encargos e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.

8.11. A coleta será registrada através da pesagem quando da chegada dos recipientes de acúmulo vazios (tara) e posteriormente quando do recolhimento das bombonas já carregadas.

8.12. O recipiente deverá ser pesado na presença do fiscal do contrato ou servidor designado. A empresa deverá disponibilizar uma balança digital, com geração de tíquete de aferição. A balança deverá ser auditada pelas normas do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO, e a prestadora deverá apresentar laudo de aferição anualmente, quando do início do contrato e na data da prorrogação, se houver.

8.13. A pesagem deverá ser realizada na presença do fiscal (em cada ponto de coleta) e do responsável pela empresa. O fiscal deverá preencher e assinar a planilha de medição e o responsável da empresa assinará juntamente com o fiscal a aferição do peso. O fiscal deverá colocar seu carimbo e data.

8.14. Não será permitida a inspeção visual dos carregamentos como forma de determinação do volume coletado.

8.15. Quando, por algum motivo, não houver o funcionamento da balança, não será autorizada a coleta dos resíduos, devendo a coleta ser reagendada em até 24h.



8.16. O relatório semanal deve conter: Data / Hora / Tipo de Recipiente / Tara (kg) / Peso bruto (kg) (tara + resíduo) / Peso líquido (kg) (resíduo) e a MTR, seguido do nome completo, com assinatura e carimbo do Fiscal e do Responsável pela Empresa.

8.17. O relatório mensal deverá listar a Data / Peso Resíduo (kg) e MTR por unidade atendida, e ser encerrado com o Subtotal do Peso de Resíduos.

8.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar recipientes, bombonas e insumos em quantidade suficiente para atender integralmente a demanda das unidades de saúde, do setor de controle de zoonoses e do Cemitério durante toda a vigência contratual, promovendo a substituição imediata dos materiais danificados, extraviados ou que apresentem condições inadequadas de uso.

8.19. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente os quantitativos mínimos de insumos previstos neste Termo de Referência, incluindo sacos brancos leitosos, sacos laranjas para resíduos químicos e caixas coletoras para perfurocortantes.

8.20. O início da execução dos serviços ocorrerá em até 5 (cinco) dias após a emissão da respectiva Ordem de Início, ficando esta condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, da documentação exigida pelo SESMT.

8.21. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Alvorada/RS, totalizando inicialmente 27 (vinte e sete) unidades geradoras de resíduos de serviços de saúde, Setor de Controle de Zoonoses e Cemitério Municipal.

8.22. A relação das unidades contempladas, contendo nome, endereço e demais informações necessárias à execução dos serviços, consta no Apêndice deste Termo de Referência.

8.23. As coletas no Cemitério Municipal irão ocorrer mediante ordem de serviço.

8.24. Os resíduos coletados deverão ser transportados em veículos licenciados para transporte de resíduos e encaminhados diretamente para unidade de tratamento e destinação final devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

8.25. Os resíduos deverão ser coletados pela CONTRATADA nos locais destinados ao armazenamento temporário, existentes nas respectivas unidades geradoras e previamente definidos pela CONTRATANTE.

8.26. A CONTRATADA deverá apresentar os Certificados de Tratamento e Destinação Final dos resíduos juntamente com o relatório mensal, os quais constituirão documento obrigatório para fins de fiscalização e pagamento.

8.27. A Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos designarão servidor responsável pela fiscalização contratual, ao qual deverão ser encaminhados todos os relatórios, certificados e demais documentos relativos à execução do contrato.

8.28. A CONTRATADA deverá justificar eventuais atrasos e/ou a não execução dos serviços, não a isentando das penalidades cabíveis.

8.29. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

8.30. As Notas Fiscais deverão conter a descrição dos serviços efetivamente executados, o período de referência da prestação dos serviços, o número da Nota de Empenho correspondente e demais informações necessárias à identificação do objeto contratado.

8.31. O recebimento provisório dos serviços ocorrerá mediante análise da documentação apresentada pela CONTRATADA, compreendendo, no mínimo:

- a) Relatório mensal de coleta;
- b) Comprovantes de pesagem dos resíduos coletados;
- c) Certificados de tratamento e destinação final;
- d) Comprovantes das coletas realizadas nas unidades atendidas;
- e) Demais documentos exigidos neste Termo de Referência.



8.32. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência dos serviços executados e da documentação apresentada, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato, atestando o cumprimento das obrigações contratuais.

8.33. A CONTRATADA fica obrigada a corrigir, complementar ou refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as especificações contratuais, bem como apresentar documentação complementar eventualmente solicitada pela fiscalização.

8.34. A fiscalização não efetuará o recebimento definitivo nem autorizará a liquidação da despesa enquanto houver pendências relacionadas à execução dos serviços, divergências nos quantitativos apresentados, ausência de documentos obrigatórios ou qualquer outra irregularidade contratual.

8.35. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta apresentada ou da legislação vigente, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.36. As Notas Fiscais somente serão encaminhadas para liquidação após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo fiscal do contrato.

8.37. O recebimento definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos serviços executados, permanecendo a empresa responsável por eventuais irregularidades constatadas posteriormente, inclusive perante os órgãos ambientais e sanitários competentes.

8.38. O Termo de Recebimento Definitivo deverá ser emitido em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação completa da documentação exigida e a conclusão da análise pela fiscalização contratual, podendo este prazo ser suspenso em caso de necessidade de esclarecimentos ou correções por parte da CONTRATADA.

8.39. À Administração Municipal reserva-se o direito de solicitar esclarecimentos, documentos complementares, correções ou comprovações adicionais a qualquer tempo, sempre que identificar inconsistências nos relatórios, certificados, pesagens, destinação final dos resíduos ou demais informações relacionadas à execução contratual.

8.40. Caso os documentos sejam devolvidos pela CONTRATANTE em razão de inconsistências, erros, omissões ou necessidade de correção, o prazo para sua análise e recebimento será reiniciado a partir da data da reapresentação da documentação devidamente corrigida pela CONTRATADA.

8.41. Mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a Administração Municipal poderá exigir a correção de irregularidades, a complementação de documentos ou a adoção de medidas corretivas, caso sejam constatadas inconformidades relacionadas à coleta, transporte, tratamento ou destinação final dos resíduos objeto da contratação.

8.42. O fiscal poderá solicitar qualquer documento para o fiel cumprimento do contrato, devendo este ser obtido sem ônus ao Município.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução deste contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação, por parte do município, por meio do fiscal por ele indicado, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no seu cumprimento, assim como, determinar as providências necessárias para suas respectivas correções.

9.2. Para fins de cumprimento do Art. 117 da Lei nº 14.133/21, o contratante designará, por meio de portaria, um servidor como responsável para acompanhamento e fiscalização deste contrato, conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da mesma Lei ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

9.2.1. O fiscal anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



9.2.2. O fiscal informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

9.2.3. O fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução do contrato;

9.2.4. Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste item, deverão ser observadas as seguintes regras:

a) a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal do contrato;

b) a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

9.3. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.4. Para fins de cumprimentos do Art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a) _____, para desempenhar a função de preposto, perante ao MUNICÍPIO.

9.5. A CONTRATADA indica como Responsável Técnico pela execução do objeto o Sr. Humberto Luciano Falcão, Engenheiro Químico, registro profissional CREA/RS nº RS132928 e CRQ nº 05302369, com a respectiva ART/RRT, nos termos do item 11.12 desta cláusula décima primeira e do item 8 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do seguinte recurso financeiro: Recursos Utilizados Código Reduzido: 2673 Órgão: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS Unidade: 8 - DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA Ação: 2038 - MAN.LIMPEZA PUBLICA E REMOCAO DE LIXO Vínculo: 15000001 - Recursos não Vinculados de Impostos Subelemento: 33390397800000000000 - Limpeza e conservacao

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde, do setor de controle de zoonoses e do Cemitério Municipal, dos Grupos A, B e E, em conformidade com as disposições do Termo de Referência, da proposta apresentada e da legislação vigente.

11.2. Fornecer todos os insumos necessários à execução dos serviços, incluindo sacos para acondicionamento dos resíduos, bombonas, caixas coletoras para perfurocortantes, equipamentos, veículos, mão de obra e demais materiais necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

11.3. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, os recipientes, bombonas, caixas coletoras ou quaisquer materiais fornecidos que apresentem defeitos, danos, desgaste excessivo ou condições inadequadas de utilização.

11.4. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração Municipal, aos servidores, aos usuários dos serviços públicos ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

11.5. Executar os serviços nos prazos e frequências estabelecidos no Termo de Referência, observando o cronograma previamente ajustado com a fiscalização do contrato.



11.6. Comunicar imediatamente à fiscalização contratual qualquer ocorrência que possa comprometer, atrasar ou impedir a execução dos serviços, apresentando as justificativas e medidas corretivas cabíveis.

11.7. Manter plano de contingência para garantir a continuidade dos serviços em caso de falhas operacionais, indisponibilidade de veículos, interrupções na unidade de tratamento, acidentes ou qualquer outra situação que possa comprometer a execução contratual.

11.8. Assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução do contrato.

11.9. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas ao transporte de pessoal, veículos, equipamentos, insumos, resíduos coletados e demais custos necessários à execução dos serviços.

11.10. Manter durante toda a vigência contratual a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e sanitária exigida para a execução do objeto.

11.11. Possuir e manter atualizadas todas as licenças, autorizações e registros necessários à execução dos serviços, inclusive Licença Ambiental de Operação, Alvará Sanitário, Cadastro Técnico Federal do IBAMA e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes.

11.12. Manter Responsável Técnico devidamente credenciado, através de ART/RRT, com experiência na execução e monitoramento de atividades relacionadas a resíduos sólidos da saúde, e preposto aceito pelo Município, para representá-la na execução do contrato. Este Responsável Técnico deverá ser o mesmo indicado pela empresa no contrato. Eventual alteração do responsável técnico da CONTRATADA deverá ser comunicada, de imediato, ao fiscal do contrato, acompanhada de justificativa e de nova nomeação, juntada a respectiva documentação.

11.13. Utilizar veículos licenciados e adequados ao transporte de resíduos de serviços de saúde, observando todas as exigências ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis.

11.14. Garantir que os resíduos coletados sejam encaminhados exclusivamente para unidades de tratamento e destinação final devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.

11.15. Emitir e fornecer mensalmente os Certificados de Tratamento e Destinação Final dos resíduos coletados, vinculados aos respectivos relatórios de coleta.

11.16. Encaminhar ao fiscal do contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório mensal conforme especificado no Termo de Referência.

11.17. Informar à CONTRATANTE, após cada coleta, o quantitativo de resíduos coletados em quilogramas, discriminado por unidade de saúde e por grupo de resíduo, para fins de emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e fiscalização contratual.

11.18. Disponibilizar quantitativo de pessoal, veículos e equipamentos compatíveis com a demanda das unidades geradoras atendidas pelo contrato.

11.19. Garantir a utilização de EPIs, EPCs e demais itens conforme legislação vigente.

11.20. A avaliação das condições de segurança poderá ser realizada pelo Serviço Especializado em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), por meio do Centro de Atenção à Saúde do Servidor (CASA). Caso sejam identificadas não conformidades, a CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos e promover as adequações exigidas no prazo estabelecido pelo CASA.

11.21. Garantir a utilização, na execução dos trabalhos, das técnicas e equipamentos exigidos nas Especificações Técnicas, bem como das Normas Técnicas adequadas (ABNT).

11.22. Cumprir as exigências da Lei nº 6.514/77, regulamentada pela Portaria nº 3.214/78, que aprova as Normas Regulamentadoras – NR do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, destacando-se as seguintes: NR-1 Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, NR-5 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, NR-6 EPI – Equipamentos de Proteção Individual, NR-7 PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-9 Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes



Físicos, Químicos e Biológicos, NR-15 Atividades e Operações Insalubres, NR-16 Atividades e Operações Perigosas e NR-17 Ergonomia. Quando aplicável, deverá cumprir outras normas específicas de acordo com os serviços a serem realizados, tais como: NR-10, NR-12, NR-13, NR-18, NR-21, NR-26, NR-32, NR-33, NR-35 e NR-38.

11.23. Em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, apresentar junto ao SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho os seguintes documentos:

a) PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos; b) PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; e c) ASO – Atestado de Saúde Ocupacional. Demais documentos, fichas de EPIs, entre outros, ficarão vinculados às inspeções de segurança e exposição de riscos durante a prestação do serviço.

11.24. A documentação referida no subitem anterior deverá ser entregue na Rua Porto Rico, nº 75, de segunda a sexta-feira, das 8 horas às 11 horas e 45 minutos ou das 13 horas às 16 horas e 45 minutos. A ordem de início dos serviços/emissão do empenho fica condicionada à apresentação dessa documentação.

11.25. Cumprir integralmente as disposições da RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005, Lei Federal nº 12.305/2010, normas da FEPAM, Sistema MTR Nacional, normas da ABNT e demais legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

11.26. Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, fornecendo sempre que solicitado documentos, relatórios, certificados, licenças e demais informações relacionadas à execução dos serviços.

11.27. Manter sigilo sobre informações eventualmente obtidas em razão da execução contratual, observando a legislação aplicável e os princípios da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços contratados.

12.2. Disponibilizar acesso às unidades geradoras abrangidas pelo contrato, observadas as normas internas de funcionamento de cada estabelecimento e os horários previamente ajustados para realização das coletas.

12.3. Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços de acordo com as especificações, prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.4. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com o Termo de Referência, com a proposta apresentada e com a legislação aplicável.

12.5. Fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor formalmente designado, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a regularidade das coletas, a entrega dos insumos, a apresentação dos relatórios mensais e dos certificados de tratamento e destinação final.

12.6. Notificar, por escrito, a CONTRATADA de irregularidades na prestação dos serviços.

12.7. Comunicar à CONTRATADA, sempre que necessário, qualquer deficiência em relação ao serviço prestado.

12.8. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

12.9. Fiscalizar os serviços, devendo cada ponto de coleta ter o fiscal local para acompanhar o acondicionamento, a pesagem e a troca de recipiente usado por outro higienizado.

12.10. Conferir os quantitativos de resíduos coletados informados pela CONTRATADA, bem como os respectivos comprovantes de pesagem, relatórios de coleta e demais documentos exigidos para fins de medição e pagamento.



12.11. Emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), por intermédio de servidor designado, com base nas informações fornecidas pela CONTRATADA após cada coleta realizada. Toda a carga deverá possuir MTR emitido no local de coleta, pelo gerador, devendo ser assinado pelo responsável, pela CONTRATANTE, pelo transportador e no recebimento.

12.12. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua regularização quando cabível.

12.13. Aplicar as penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, quando constatado o descumprimento de obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.14. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos estabelecidos, desde que os serviços tenham sido executados de forma satisfatória e que toda a documentação exigida para a liquidação da despesa tenha sido apresentada e aprovada pela fiscalização contratual.

12.15. Designar fiscal e gestor do contrato para acompanhamento da execução contratual, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.16. Manter arquivados os Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR), relatórios mensais de coleta, certificados de tratamento e destinação final e demais documentos relacionados à execução contratual, para fins de controle, fiscalização e atendimento aos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da disputa eletrônica sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da disputa eletrônica;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



13.3. A sanção prevista na letra “a” do item 13.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 13.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.4. A sanção prevista na letra “b” do item 13.2 será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 13.1, na modalidade compensatória, no percentual de 10% (dez por cento) do valor do contrato, ou na modalidade moratória, na forma do item 13.15, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

13.4.2. O valor da sanção aplicada passará por análise jurídica, sendo consideradas as disposições do subitem 13.2.1, dentro dos limites previstos no subitem 13.4;

13.4.3. Os valores das multas aplicadas serão descontados dos valores dos pagamentos devidos pela CONTRATADA à CONTRATANTE;

13.4.4. Caso os valores não contemplem a totalidade do valor da multa aplicada, este será descontado das garantias contratuais, caso haja, ou cobradas judicialmente.

13.5. A sanção prevista na letra “c”, do item 13.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 13.1 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.6. A sanção prevista na letra “d” do item 13.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do item 13.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 13.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 13.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.7. A sanção estabelecida na letra “d” do item 13.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

13.8. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 13.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do mesmo item.

13.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

13.10. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.11. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 13.2, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.12. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 13.2 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a CONTRATADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

13.12.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

13.12.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:



- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 13.12;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

c) suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

13.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.14. O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

13.14.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nas letras “a”, “b”, “c” e “d” do item 13.2, a Administração Municipal regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

13.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da obrigação em atraso, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

13.15.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções aqui previstas.

13.16. É admitida a reabilitação da CONTRATADA, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos aqui definidos.

13.16.1. A sanção pelas infrações previstas nas letras “h” e “l” do item 13.1 exigirá, como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO

14.1. DO REAJUSTE:

14.1.1. Ultrapassando o período de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta, poderá ser concedido reajuste ao preço contratado, mediante requerimento escrito da CONTRATADA;

14.1.2. O requerimento por escrito referente à solicitação de reajustamento pela CONTRATADA deverá ser efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de implemento da anualidade, referente ao direito ao reajuste e deverá ser protocolado diretamente no Departamento de Compras,



Licitações e Contratos ou encaminhado para o e-mail contratos@alvorada.rs.gov.br, que providenciará os encaminhamentos necessários;

14.1.3. Fica estipulado que a não apresentação do requerimento solicitando reajustamento, no prazo indicado no subitem anterior, caracterizará renúncia por parte da CONTRATADA ao direito de reajuste, relativamente ao respectivo período aquisitivo;

14.1.4. O reajuste poderá ser corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, levando-se em conta àquele que for mais benéfico ao erário municipal na data de sua efetivação. Na hipótese de alteração da norma legal vigente, permitindo o reajuste dos contratos em períodos inferiores a 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, o reajuste incidirá com a menor periodicidade admitida.

14.2. DA REPACTUAÇÃO:

14.2.1. No caso de mão de obra, a repactuação de preços ocorrerá a partir da data de homologação em relação ao novo salário base normativo relativo à categoria profissional, homologação esta, realizada em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta financeira;

14.2.2. No caso dos preços de insumos, materiais, equipamentos e uniformes, a partir da data de apresentação da Proposta Financeira, conforme fixada em edital, relativa à disputa eletrônica.

14.3. DO REEQUILÍBRIO:

14.3.1. A CONTRATADA, também poderá solicitar reequilíbrio econômico financeiro em relação ao objeto contratual, referentes aos custos com insumos, materiais e equipamentos, desde que ocorra, algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- b) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração Municipal;
- c) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração Municipal, em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- e) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração Municipal, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

14.3.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços contratados e a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá:

- a) Liberar a CONTRATADA do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- b) Se as razões apresentadas não comprovarem os custos e despesas, a Administração Municipal poderá convocar os demais participantes, em ordem classificatória, visando igual oportunidade de negociação.

14.4. O requerimento por escrito referente à solicitação de reajuste/repactuação/reequilíbrio pela CONTRATADA, juntamente com os documentos comprobatórios em relação à solicitação, deverá ser protocolado diretamente no Departamento de Compras, Licitações e Contratos ou encaminhado para o e-mail contratos@alvorada.rs.gov.br, que providenciará os encaminhamentos necessários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO



15.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos Arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no Art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

15.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- g) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15.2.1. Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos neste item.

15.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

15.4. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições:

- a) não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.



15.5. Os emitentes das garantias previstas no Art. 96 Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.6. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.6.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

15.6.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) pagamento do custo da desmobilização.

15.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) execução da garantia contratual para: I ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução; II pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível; III pagamento das multas devidas à Administração Pública; IV exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível; V retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

15.7.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

15.7.2. Na hipótese da letra “b” deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e nas Normas e Princípios Gerais dos Contratos.

16.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões previstas no Art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. Nos termos do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação exclusivamente das etapas de tratamento e destinação final dos resíduos, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, observadas as seguintes condições:

16.3.1. A subcontratação ficará condicionada à apresentação, pela CONTRATADA, na etapa de habilitação, da documentação da empresa subcontratada necessária à comprovação de sua regularidade e aptidão para a execução dos serviços, incluindo, conforme aplicável:



- a) Licença ambiental de operação vigente, compatível com as atividades de tratamento e/ou destinação final dos resíduos de serviços de saúde objeto da contratação;
- b) Autorizações, certificados, registros e demais documentos exigidos pelos órgãos ambientais e sanitários competentes;
- c) Comprovação de regularidade cadastral e fiscal;
- d) Comprovação de que a unidade receptora possui capacidade e autorização para receber os resíduos abrangidos pelo objeto contratado.

16.3.2. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a atualização ou complementação da documentação da empresa subcontratada, bem como recusar a subcontratação quando constatada irregularidade, incompatibilidade da licença ou autorização ambiental, ausência de capacidade técnica ou qualquer outra condição que comprometa a regular execução do objeto.

16.4. A partir da assinatura do contrato, a CONTRATADA se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

16.5. Toda e qualquer informação, aditivo, apostilamento ao contrato deverá ser encaminhado, por escrito, ao endereço: Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2266, Bairro Centro, Alvorada RS, ou pelo e-mail contratos@alvorada.rs.gov.br, aos cuidados do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, sob pena de não ser reconhecida a manifestação da CONTRATADA.

16.6. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente.

16.7. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme (Artigo 124, II, alínea d, Lei nº. 14.133/2021).

16.8. As Partes se declaram cientes e em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e demais regulamentos aplicáveis, comprometendo-se a cumprir todos os princípios e requisitos da legislação.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Alvorada/RS para dirimir as eventuais dúvidas e divergências que poderão advir ao presente contrato.

17.2. E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Alvorada, 21 de outubro de 2026.

DULCE DEHNHARDT
DA SILVA
GRIPPA:55777732020

Assinado de forma digital por
DULCE DEHNHARDT DA SILVA
GRIPPA:55777732020
Dados: 2026.10.21 16:17:44 -03'00'

AMBIENTUUS TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
Dulce Dehnhardt da Silva Grippa
Contratada



Documento assinado digitalmente

CRISTIAN DA SILVA SILVEIRA
Data: 22/10/2026 12:03:56-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

Cristian da Silva Silveira
Secretário Municipal

DOUGLAS
MARTELLO
DE SOUZA
SILVEIRA:00875841074

Assinado digitalmente por
DOUGLAS MARTELLO DE
SOUZA SILVEIRA:00875841074
ND: C=BR, CN=DOUGLAS
MARTELLO DE SOUZA
SILVEIRA:00875841074, O=ICP-
Brasil, OU=RFB e-CPF A1
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização:
Data: 2026.10.22 14:48:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão:
2026.2.0

MUNICÍPIO DE ALVORADA
Douglas Martello de Souza Silveira
Prefeito Municipal